



**SEXTA ASSEMBLÉIA PLENÁRIA DO
FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS (FIPA)**

OTTAWA, CANADÁ
13 A 15 DE SETEMBRO DE 2009

PROSPERIDADE E COOPERAÇÃO: UMA NOVA AGENDA PARA AS AMÉRICAS

**

**RELATÓRIO FINAL E RECOMENDAÇÕES
Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas**

Original: francês

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas realizou sua quinta reunião em Ottawa, Canadá, em 13, 14 e 15 de setembro de 2009, com a participação de homens e mulheres parlamentares de Argentina, as Bahamas, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Equador, Granada, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lucia, Surinam e Trinidad e Tobago. A **senadora canadense Céline Hervieux-Payette**, ex presidenta do FIPA, presidiu as sessões de trabalho em substituição à senadora colombiana Cecilia López, presidenta do Grupo de Mulheres, quem não pôde estar presente.

APRESENTAÇÃO

A apresentação da nossa conferencista convidada, a **sra. Lynn Holowesko, presidenta do Senado da Commonwealth das Bahamas**, salientou sobretudo a complementaridade dos homens e mulheres relacionada, entre outros, com a condição biológica de seu respectivo cérebro; conseqüentemente, considerou que a contribuição de homens e mulheres permitirá conseguir um melhor equilíbrio para garantir uma governança política otimizada em uma sociedade cada vez mais complexa.

A sra. Holowesko destacou o progresso lento conseguido para a paridade das mulheres nos parlamentos das Américas e observou que alguns países não contam com nenhuma mulher entre seus representantes eleitos. Ela comentou sobre uma pesquisa realizada nos Estados Unidos que atribuía as seguintes qualidades às mulheres que poderiam ser candidatas em nível político: a honestidade, a inteligência, a abertura de espírito e a criatividade. Ela salientou que as mulheres foram qualificadas como mais honestas que os homens no mundo da política durante essa consulta.

A sra. Holowesko constatou que as mulheres que se dedicam à política têm tendência a se interessar mais pelas questões de educação e saúde. Sugeriu que as mulheres devem participar mais nos campos da defesa, segurança, justiça e economia.

DISCUSSÕES

Vários participantes compartilharam de suas opiniões sobre como reduzir ou eliminar as diferenças

na participação das mulheres no processo político. Alguns países adotaram medidas legislativas, que seja em nível da eleição das candidatas nas listas dos partidos políticos, ou outro tipo de medidas que estabelecem quotas.

Segundo as jovens parlamentares, a situação ideal seria a de paridade, isto é, a metade dos assentos, nem mais nem menos.

Esse é o objetivo que a maioria dos participantes apoiava. Alguns participantes pareciam acreditar que não existia nenhuma barreira estrutural para a candidatura das mulheres para cargos eletivos, enquanto que um dos participantes expressou sua inquietude pelo fato de que a incorporação das mulheres ao cenário político poderia prejudicar a educação das crianças. Chegou-se à conclusão de que era decisão das mulheres ter acesso a funções no âmbito político ou econômico, tanto é que atualmente, em vários países, as mulheres são o grupo mais numeroso na maioria das universidades.

Com relação às políticas que se referem sobretudo às mulheres, os participantes expressaram o desejo de que a Igreja e o Estado se limitem ao seu respectivo campo de ação, principalmente no que se refere às técnicas de reprodução e ao aborto.

Vários participantes indicaram sua vontade de que se fortaleçam medidas legislativas nos casos de violência familiar, violação, abuso sexual e, sobretudo, que exista uma maior colaboração internacional para castigar os infratores.

Por último, os participantes constataram que os meios de comunicação contribuem a levantar barreiras para conseguir a igualdade das mulheres no terreno político, chegando inclusive em alguns casos à discriminação.

Segundo uma das participantes, as mulheres parlamentares deveriam antes de tudo criar uma rede de solidariedade entre todas as mulheres de seu país. As candidatas têm a responsabilidade de manter contato com a população feminina de sua região para consultá-la e sensibilizá-la com o processo político.

ELEIÇÃO

A eleição da presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do FIPA ocorreu por ocasião de uma sessão especial na manhã do dia 15 de setembro de 2009. A senhora Linda Machuca Moscoso, membro da Assembléia Nacional do Equador, foi eleita substituindo a senadora Cecília Lopez, da Colômbia, que havia concluído seu mandato.

RECOMENDAÇÕES

Adotadas pela Assembléia Plenária do FIPA em 15 de setembro de 2009.

Baseado nas deliberações no âmbito da Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares realizada no marco da Sexta Reunião Plenária do FIPA, em Ottawa, Canadá, de 13 a 15 de setembro de 2009,

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FIPA faz as seguintes recomendações:

1. Que se estabeleçam medidas legislativas para assegurar a paridade dos homens e das mulheres nos Parlamentos das Américas.

2. Que as mulheres parlamentares das Américas participem plenamente do processo legislativo, indo além das pastas sociais e de educação, cuidando de pastas no campo da economia, defesa, segurança, etc.
3. Que os Parlamentos das Américas colaborem para garantir que os atos criminosos, como a violação, os abusos sexuais, os atos de violência familiar, etc., possam ser objetos de sanções quando seus autores atravessem as fronteiras.
4. Que as mulheres parlamentares garantam que sua população feminina participe e que se estabeleçam redes de solidariedade.
5. Reconhecendo a importância do Congresso de parlamentares “Rumo à uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”, realizado em Bogotá, Colômbia, em 20 a 21 de novembro de 2008, a Assembléia Plenária:
 - a) Aprova as recomendações adotadas pelos parlamentares reunidos no Congresso “Rumo à uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas”, anexadas à presente recomendação; e
 - b) Incentiva os parlamentos membros do FIPA a prestarem contas do avanço feito na implementação dessas recomendações na próxima Assembléia Plenária do FIPA.

Hon. Céline Hervieux-Payette

Senadora do Canadá

Presidenta da Quinta Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

PARTICIPANTES

Argentina	Deputada Susana Mercedes Canela
Bahamas	Lynn Holowesko, Presidenta do Senado
Bolívia	Senadora María Silvia Baldomar
	Senador Guido Guardia Flores
Brasil	Senador Eduardo Azeredo
	Deputado Luiz Carlos Hauly
	Deputado Antonio Carlos Mendez Thame
Canadá	Senadora Pierrette Ringuette
Colômbia	Senadora Gloria Inés Ramírez
Equador	Lídice Vanesa Larrea Viteri, Membro Assembleia Nacional
	Linda Machuca Moscoso, Membro Assembleia Nacional
Granada	Joan Purcell, Presidenta do Senado
	Senador George Prime
	Deputado Roland Bholá
Jamaica	Deputada Shahine Robinson
México	Senadora Adriana González Carrillo
Panamá	Deputada Iracema Ayarza de Dale
	Deputada Dana Castañeda



Paraguay	Deputado Tito Rodríguez Senador Carlos Roger Caballero Fioro Senador Alberto Grillón Conigliaro Senador Amancio López Irala
Peru	Congressista Eduardo Espinoza Ramos Congressista Karina Juliza Beteta Rubin
República Dominicana	Deputado Josefa Castillo Deputado Mauro Piña Bello Deputado Gilberto Serulle
Santa Lucia	Rosemary Husbands-Mathurin, Presidenta da Assembléia
Surinam	Deputado August Bado Deputado Frankel Brewster Deputado Ortwin Cairo Deputado Soedeshchand Jairam
Trinidad e Tobago	Deputado Chanderdath Tilakdharie Senador Adesh Nanan

Anexo:

**RUMO A UMA AGENDA LEGISLATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO COM PERSPECTIVA
DO GÊNERO PARA AS AMÉRICAS
Bogotá, Colômbia, 20 e 21 de novembro de 2008**

RECOMENDAÇÕES

Original: espanhol

Aprovadas em 21 de novembro de 2008.

Nós, mulheres e homens parlamentares das Américas, reunidos para o Congresso “Rumo a uma agenda legislativa para o desenvolvimento com perspectiva de gênero para as Américas” em 20 e 21 de novembro de 2008, em Bogotá, Colômbia, fazemos as seguintes recomendações, que devem ser apresentadas aos nossos respectivos Parlamentos:

Políticas econômicas e gênero

- Iniciar o processo de construção de um Plano de ação para que os Parlamentos da América tenham maior ingerência sobre os temas de desenvolvimento e que os mesmos contemplem a igualdade de gênero.
- Incorporar a perspectiva de gênero como um aspecto central e transversal na formulação de orçamentos públicos do setor central, regional e local¹ que os conduza a serem equilibrados e sustentáveis, e que não sejam traduzidos em programas e projetos isolados com caráter marginal ou subsidiário.
- Reconhecer durante a negociação de acordos comerciais a necessidade de tornar visível e remunerar equitativamente o trabalho das mulheres, isso sendo traduzido em empregos formais com as devidas garantias de proteção e seguro social.

Crise internacional, desenvolvimento e gênero: implicações para as Américas

- A crise global golpeia de modo especial a mulher, mas as crises também podem dar lugar a oportunidades; para tanto se deve trabalhar de maneira criativa para que a nova ordem a ser configurada - não como um retoque da atual mas sim como uma cirurgia profunda que parta de uma visão integral, inclusiva e sustentável - supere a desigualdade de gênero e muitas outras iniquidades existentes hoje.
- Adotar novos critérios a fim de estabelecer a competitividade econômica dos países, assegurando-se que isto não implique no aviltamento dos salários e em novas formas de exploração.

¹ Nota do revisor: Ou seja, da União, Estados e Municípios.

- Redefinir a relação existente entre o trabalho produtivo e reprodutivo para que mulheres e homens tenham um papel preponderante em ambas as esferas.

Políticas sociais, gênero e desenvolvimento

- Assumir um enfoque de direitos sociais e especialmente de gênero no desenho das políticas sociais, tendo em conta que se apresenta uma janela de oportunidades ou um cenário propício para o diálogo entre o social e o gênero.
- Reconhecer as seguintes vantagens em se ter um enfoque de gênero nas políticas sociais: (i) Coerência de valores entre a legislação e a realidade; (ii) Sustentabilidade institucional dos poderes legislativo, executivo e judicial; (iii) Maior legitimidade social e política; e (iv) Melhores políticas sociais, porque permite detectar as discriminações existentes para corrigi-las.
- Os direitos humanos devem ser reconhecidos nas políticas sociais como ocorre nas políticas criminais.

Sustentação ambiental e de gênero

- Desenvolver novos paradigmas de sustentação ambiental e de gênero.
- Levar em conta a cultura e a dignidade dos povos indígenas no desenvolvimento sustentável.
- Construir uma auditoria com enfoque de gênero sobre os investimentos realizados na sustentação dos recursos naturais.

Democracia, reformas político eleitorais e gênero

- Promover a articulação do Legislativo com as organizações sociais de base com o intuito de assegurar o cumprimento da lei de cotas.
- Sensibilizar os meios de comunicação com o objetivo de tornar visível a participação política da mulher e transformar os estereótipos de gênero.
- Propor o financiamento público da participação política que venha a favorecer a inclusão da mulher.

Cecília López Montaño
Senadora da Colômbia
Presidenta do Grupo de Mulheres
Parlamentares das Américas do FIPA

Céline Hervieux-Payette
Senadora do Canadá
Ex-presidenta do FIPA

Juana Laverde Castañeda, Relatora